

COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS DO SETOR PETROLÍFERO E A FOMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO MUNICÍPIO DE MACAÉ-RJ, BRASIL.

Florinda de Souza Torreira Pose¹

Resumo

A prefeitura de Macaé recebe uma das maiores receitas financeiras provenientes da indústria de petróleo. Sendo de responsabilidade do governo municipal a gestão da educação básica, principalmente do ensino fundamental, se pretende analisar as transformações na rede de educação em Macaé e o papel da indústria de petróleo nessas transformações. Tem-se feito análises de leis, planos diretor, indicadores sociais, econômicos e educacionais como o CIDE, IDEB e ANEB. Faz-se necessário compreender como o pagamento das compensações financeiras aos municípios pode ser fator determinante para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. Percebe-se que de fato há investimentos na área de educação em relação a outros municípios que integram a Zona de Produção Principal da cadeia espacial petrolífera.

Palavras chaves: Compensações Financeiras; Setor Petrolífero; Fomentação Da Educação Básica; Município de Macaé Rio Janeiro

Resumen

La prefectura de Macaé recibe una de las mayores recetas financieras provenientes de la Industria de Petróleo. Siendo de responsabilidad del gobierno municipal la gestión de la educación básica, principalmente de la Enseñanza Fundamental, se pretende analizar los cambios en la red de educación en Macaé y el papel de la Industria de Petróleo en esas transformaciones. Se ha hecho análisis de leyes, plan director, indicadores sociales, económicos y educacionales como el CIDE; IDEB e ANEB. Se hace necesario comprender como el pago de las compensaciones financieras a los municipios puede ser factor determinante para la mejoría de la calidad de vida de los ciudadanos, se percibiendo que de facto hay inversiones en el área de educación en relación a los otros municipios que integran la Zona de Producción Principal de petróleo.

Palabras Claves: Compensación financiera, Sector petrolero, Fomento de La educación básica, Ciudad de Macae Río de Janeiro

¹ Graduanda em Geografia e Meio Ambiente (PUC - Rio). Email: francespose@gmail.com

Considerações iniciais

Sabe-se que um dos usos obrigatórios das compensações petrolíferas é o investimento na área de educação. Os municípios que são beneficiados com as compensações financeiras, tanto aqueles que integram a Zona de Produção Principal quanto às zonas de produção indireta devem investir os recursos dos *royalties* em melhorias na qualidade de vida da população, investindo estes recursos em infraestrutura, saúde e educação.

É também obrigação dos municípios, afirmada na Constituição de 1988 e pela LDB de 1996, a fomentação da educação básica, sendo de total responsabilidade da esfera municipal a educação pré-escolar, o ensino Fundamental, passa a ser quase que de total responsabilidade dos municípios, principalmente a partir da criação do FUNDEF. Como pode-se ver na LDB

“Oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com a prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino. (Artig11, cap. V, LDB)”

Assim, parte-se da premissa de que sendo responsabilidade da esfera municipal a fomentação da educação, em especial, a educação fundamental, considera-se que as compensações petrolíferas representam um importante recurso de garantia de desenvolvimento e manutenção de um padrão de qualidade na rede de ensino.

Sabe-se que é obrigação do Estado à garantia de um ensino de qualidade para a população, de um ensino que seja responsável, também, pela construção de cidadãos capazes de prover pelo desenvolvimento de seu local vivido, sendo atores ativos na busca por uma justiça social melhor para o seu local de vivência.

Assim, é temática deste trabalho o uso das compensações financeiras proveniente do petróleo para o melhoramento da qualidade da educação básica do município de Macaé, como tentativa de superação dos baixos indicadores sociais que caracterizam os municípios do Norte Fluminense.

Rendas petrolíferas e o município de Macaé-RJ.

A descoberta de poços de petróleo produtivos em águas profundas na Bacia de Campos significou a mudança do quadro de estagnação econômica e tecnológica, ligada a indústria sucroalcooleira, que marcava secularmente a Região Norte Fluminense. Com a descoberta de petróleo e, o conseqüente pagamento das rendas petrolíferas (*royalties* + participações espaciais) aos municípios confrontantes com a Bacia de Campos e a sua área geoeconômica,, percebe-se que algumas mudanças ocorrem na Região, especialmente nos municípios que são de fato produtores de petróleo. Nota-se que, os municípios confrontantes com a Bacia de Campos, principalmente o município de Macaé, apresentam os maiores sinais de transformações espaciais, sendo este o município o locus da produção petrolífera regional da Bacia de Campos. O crescimento urbano de Macaé nos últimos 20 anos é notório, tornando-se uma das cidades mais importantes do interior fluminense, sendo uma forte prestadora de serviços regional.

Foi Macaé o município escolhido para abrigar a indústria do petróleo², instalando-se o segmento *upstream*³ da cadeia produtiva petrolífera do estado do Rio de Janeiro, o que promoveu uma série de transformações espaciais no município de Macaé.

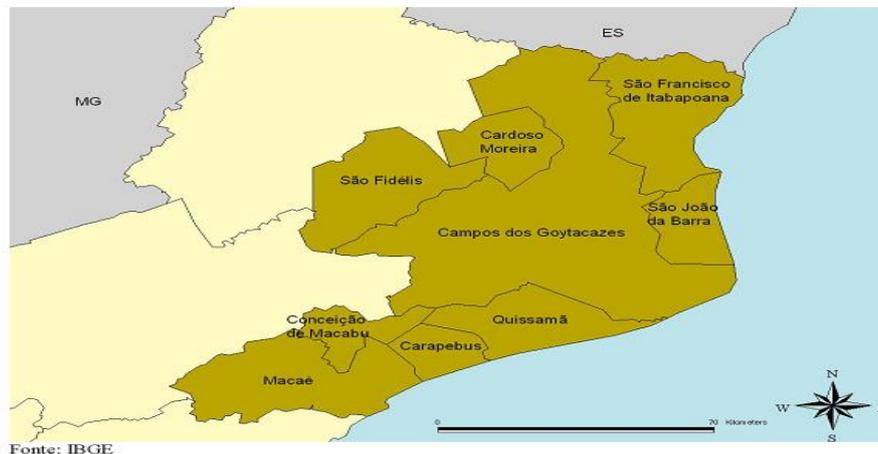
Percebe-se que Macaé cada vez mais assume um papel de centralidade dentro da região Norte Fluminense, mantendo também tal vínculo com alguns municípios da Baixada Litorânea. Assim a escolha do município de Macaé se dá pelo fato de ser dentre aqueles que confrontam com a Bacia de Campos, o que mais apresenta sinais de transformações.

O município de Macaé localiza-se na região norte do Estado do Rio de Janeiro (ver mapa 1), tendo seus limites territoriais originais também nos municípios de Carapebus e Quissamã, estes que se emanciparam no início da década de 90, após a promulgação da Constituição de 88 que conferia aos municípios maior autonomia política e econômica, principalmente sobre as arrecadações tributárias

² Indústria do Petróleo pode ser entendida como o conjunto de atividades econômicas relacionadas com a exploração, desenvolvimento, produção, refino, processamento, transporte, importação e exportação de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos e seus derivados;

³A indústria do petróleo é dividida entre o segmento *upstream* e o segmento *downstream*, onde a expressão *upstream* é usada para designar a parte da cadeia produtiva que antecede o refino, abrangendo desta forma às atividades de exploração, desenvolvimento, produção e transporte para beneficiamento e, a *dowstream* compreende as atividades ligadas à transporte, refino e distribuição do petróleo.

Mapa 01: Região Norte Fluminense-RJ



Fonte: LEONARDO DE CARVALHO SILVA

O recebimento das rendas petrolíferas significa para os municípios contemplados a oportunidade de fomentação, de investimentos em diversos setores. Sendo assim, objetiva-se neste trabalho a análise do setor educacional do município de Macaé a partir da década de 90 quando o município passa a receber grandes quantias de *royalties*⁴ e, também, quando é promulgada a Constituição de 88, o que concede maior autonomia tributária aos municípios para gestão municipal.

Com a receita municipal acrescida com os valores dos *royalties*+ compensações financeiras, parte-se da afirmativa que os municípios confrontantes com a Bacia de Campos, sendo objeto deste trabalho o município de Macaé, possuem uma maior possibilidade em investir no melhoramento da qualidade do sistema educacional municipal. Assim objetiva-se a análise da educação básica do município de Macaé salientando se houve alguma alteração do quadro educacional deste município após a década de 80, confrontando assim com indicadores qualitativos e quantitativos de décadas anteriores.

É preciso compreender como o pagamento das compensações financeiras aos municípios podem ser fatores determinantes para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. É preciso perceber se há alguma tentativa efetiva dos poderes políticos em promover um maior desenvolvimento socioeconômico da cidade, com a melhoria de

⁴ O pagamento dos *royalties* datam de antes da década de 1980, porém os grandes impactos destes para a renda orçamentária dos municípios são maiores a partir de 1988.

setores básicos como a educação. Sabe-se que a educação é usualmente no Brasil deixada a segundo plano pelas políticas públicas, não recebendo muitos investimentos, como tentativa de minimização dos problemas estruturais que a caracteriza no Brasil.

Assim, faz-se necessário perceber como é tratada a educação básica no município de Macaé, analisando, portanto, se há uma motivação por parte da administração pública em melhorá-la e, também como a posição das Organizações político-econômicas em torno dos interesses do petróleo em promovê-la.

A OMPETRO possui importante papel dentro do município de Macaé, como também, daqueles que integram a Zona de Produção Principal⁵, sendo um dos principais gestores na luta pelos interesses ligados ao setor petrolífero, como distribuição dos *royalties*, dos municípios que o integra. Assim, objetiva-se analisar o papel da OMPETRO e, de qualquer Instituição político-econômica que promova algum tipo de investimento na área da educação básica em Macaé.

Nota-se que há um crescente aumento das escolas de educação profissional em Macaé, onde muitos dos cursos são ligados a setores da indústria de petróleo. Porém faz-se necessário perceber se tais investimentos também são refletidos na área da educação básica que de acordo com a Constituição de 88, difere da educação básica propriamente dita.

Fomentação da educação básica

Com a instalação do complexo petroquímico em Macaé, novos objetos espaciais são incorporados no espaço macaense, produtos de uma racionalidade moderna, inovadora, global característica da economia petrolífera, expressando no dizer de Santos (2006) que há conjuntos de objetos novos e de ações novas que tendem a ser mais produtivo, o que evidencia novas situações hegemônicas. Macaé é hoje completamente influenciada pela dinâmica da indústria petrolífera, que constitui atualmente ao principal eixo econômico do município. O processo de industrialização tende a crescer na região,

⁵ A zona de produção principal, esta que recebe os maiores benefícios, é composta pelos municípios confrontantes com a Bacia de Campos, mais aqueles que concentram mais de três instalações ligadas às atividades de apoio à exploração, produção e escoamento de petróleo e gás, como também de processamento, tratamento e armazenamento. A zona de produção secundária é composta por aqueles municípios atravessados pelos oleodutos ou gasodutos. A zona Limítrofe compõe todos os municípios contíguos àqueles que integram a Zona de Produção Principal.

como a entrada cada vez mais crescente de capitais privados. Porém nota-se que cresce também as desigualdades no território macaense, evidenciando que as “maravilhas” do petróleo não minimizaram as desigualdades existentes, até mesmo aumentando-as.

A construção do complexo industrial petrolífero em Macaé somado com a arrecadação direta dos *royalties* constituem em mudanças no quadro socioeconômico de Macaé em termos de arrecadação de receita que deve ser investida na educação.

A questão do financiamento da educação é tema de relevante importância, pois trata-se de um dos vetores essenciais para a construção de uma escola pública de qualidade. O desenvolvimento e manutenção do sistema educacional exige da parte dos governantes significativo repasse de recursos financeiros, isto é, para a promoção de um sistema educacional de qualidade é necessário que haja de fato um investimento financeiro das gestões locais. Assim, percebe-se que os recursos orçamentários, em especial a municipal, deve ter uma aplicabilidade na esfera educacional de forma a promover uma educação que fuja dos padrões quantitativos, isto é, número de escolas, de matrículas, etc., mas sim atenda a um padrão de qualidade, no qual a aprendizagem do aluno esteja definitivamente em pauta.

A educação deve ser encarado pelas esferas governamentais como um dos vetores essenciais para o alcance do desenvolvimento econômico e diminuição das desigualdades sociais,

Assim, entende-se que a educação é vista como um meio para reduzir as desigualdades; como um mecanismo para que outros investimentos sejam mais produtivos e trata-se de um caminho *sólido* para o desenvolvimento social e político. (GIVISIEZ, OLIVEIRA, 2008)

Oras, a educação deve de fato assumir uma posição de centralidade nos debates públicos e, fazer parte, como uma necessidade prioritária, das políticas públicas de todo o país. Nesse sentido, entendendo que tanto as esferas estaduais, federais e municipais devem participar de forma ativa na gestão da educação, enfatiza-se o papel dos municípios como gestores primordiais deste processo, dado-se o fato de serem, eles, promotores de ações locais que comprometem de forma direta na garantia do bem-estar, na qualidade de vida da população.

Sabe-se que de fato a educação passa a definitivamente a ocupar, juntamente com a política de ciência e tecnologia, lugar central e articulado na pauta das

macropolíticas do Estado (Mello, 1991), evidenciando-se assim, que há tempos a educação tanto na escala internacional, quanto atualmente, na escala nacional é vista como um elemento primordial para qualificação da população e, garantia de um padrão de desenvolvimento tanto socioeconômico quanto político de qualidade.

Assim, pretende-se uma análise das políticas públicas municipais, aqui entendidas como

ações empreendidas pelo Estado para efetivar as prescrições constitucionais sobre as necessidades da sociedade em termos de distribuição e redistribuição das riquezas, dos bens e serviços sociais no âmbito federal, estadual e municipal. São políticas de economia, educação, saúde, meio ambiente, ciência e tecnologia, trabalho, etc. (Ahlert, 2004).

Essa análise será fixada principalmente no empenho exercido pela prefeitura do município de Macaé, em atuar como fomentador da educação, compreendendo se a educação esta dentro da agenda municipal de investimento público.

Como anteriormente mencionado, é de grande responsabilidade do governo municipal a gestão da educação básica, sobretudo ao que se refere ao Ensino Fundamental. Não que a esfera estadual e federal não se responsabilizem por este segmento da educação básica, porém como definido pela LDB de 1996 e pela Constituição Federal de 1988 os municípios atuarão prioritariamente no Ensino Fundamental e na educação infantil.

Assim, percebe-se que de fato há uma preocupação da gestão municipal de Macaé em investir na área de educação, com a contratação de docentes, aumento do número de matrículas na rede pública de ensino e no número de escolas públicas, principalmente municipais de Ensino Fundamental.

A prefeitura de Macaé recebe anualmente uma das maiores receitas financeiras provenientes da exploração e produção de petróleo e gás na Bacia de Campos. É junto com Campos dos Goytacazes, o município que recebe maiores valores absoluto mensal, sendo em média, nos últimos anos cerca de R\$35 milhões/mês, representando mais de 1 milhão de reais por mês vindos do pagamento dos *royalties* que entra nos cofres municipais de Macaé.

De acordo com a tabela abaixo, no ano de 2007 as receitas referentes as rendas petrolíferas foram maiores que as receitas tributárias neste município, evidenciando a

importância que as rendas geradas pela Indústria do Petróleo são importantes para o orçamento municipal.

Tabela 01: Royalties + participações especiais + Receitas Tributárias de Macaé/2007.

Ano 2007	Royalties+Participações Especiais (R\$)	Receita Tributária (R\$)	(Royalties+PE)/Receita Tributária
Macaé(RJ)	353.801.517,16	189.473.063,00	1,87

Fonte: Inforoyalties

Assim, nota-se o quanto que o município de Macaé encontra-se “dependente” das renda petrolíferas, representando estas rendas cerca de 50% das receitas orçamentárias do município segundo dados do Tesouro Nacional. É neste contexto que enfatiza-se a associação entre rendas petrolíferas e educação, já que parte-se da premissa de que uma das principais finalidades objetivadas para o uso do petróleo segundo a Lei do Petróleo de 1997, é o incentivo à educação.

Contando com uma população de cerca de 194.413 mil habitantes segundo dados do IBGE/2008, Macaé dispõe de 101 escolas públicas de Ensino Fundamental, possuindo um número bem mais expressivo de escolas, sem ser Campos dos Goytacazes que conta com 321 escolas do mesmo segmento, em comparação com os outros municípios do Norte Fluminense, como observa-se na tabela abaixo. Porém, faz-se necessário observar que a grande maioria dos municípios do Norte Fluminense possuem menos de 100 mil habitantes.

Tabela 02: Número de Escolas de Ensino Fundamental no Norte Fluminense.

Escolas - Ensino fundamental - 2008 (1)		
UF	MUNICÍPIO	ESCOLAS
RJ	Campos dos Goytacazes	321
RJ	Carapebus	16
RJ	Cardoso Moreira	17
RJ	Conceição de Macabu	23
RJ	Macaé	101
RJ	Quissamã	16
RJ	São Fidélis	42
RJ	São Francisco de Itabapoana	72
RJ	São João da Barra	40

Fonte: IBGE

Porém analisando o número de escolas fundamentais em Macaé, percebe-se que a esfera federal não participa na oferta deste segmento, sendo a esfera municipal a maior fomentadora deste segmento de ensino, como pode ser observado na tabela abaixo, onde dentre as 101 escolas de ensino Fundamental em Macaé, 63 pertencem a gestão municipal.

Tabela 03: Escolas de Ensino Fundamental por rede de ensino

Macaé/2008	Municipal	Estadual	Federal	Privada
Escolas	63	11	0	27

Fonte: IBGE

A tabela abaixo mostra o número de matrículas no Ensino Fundamental em Macaé, que no total representa 30.797 no ano de 2007, sendo o segundo município depois de Campos dos Goytacazes a apresentar elevada taxa de matrículas.

Tabela 04: Número de matrículas no Ensino Fundamental.

Macaé/2008	Municipal	Estadual	Federal	Privada
Escola	22.865	2.747	0	5.185

Fonte: IBGE

Nota-se que em termos gerais o município de Macaé é o maior provedor de vagas nas escolas de Ensino Fundamental, sendo, porém, o número de escolas de ensino privado, também expressivo, o que difere da realidade dos municípios da Região Norte Fluminense que na sua maioria possuem baixa oferta de vagas nas escolas privadas, sendo somente expressivas as de escolas públicas.

Na tabela abaixo tem-se listado o número de escolas de Ensino Médio em Macaé, que representa 27 escolas no total, com cerca de 6.852 matrículas neste segmento de ensino.

Tabela 05: Número de escolas de Ensino Estadual por rede de ensino

Macaé/2008	Municipal	Estadual	Federal	Privada
Escola	8	8	1	10
Matrículas	1.193	3.865	524	1.270

Fonte: IBGE

Nota-se que a participação da esfera estadual é mais expressiva, o que é de se esperar já que o Ensino Médio é uma prioridade da esfera estadual. Porém, nota-se que a participação do município na promoção da educação no Ensino Médio é expressiva

em comparação com a média de matrículas e de escolas no município e no Norte Fluminense.

Analisando o IBEB do município, percebe-se que ele está acima da média nacional e estadual, porém, não é o melhor da Região Norte Fluminense, apresentando melhores índices, por exemplo, o município de São Fidélis.

Tabela 06: IDEBs observados em 2004, 2007 e Metas para rede Municipal-Macaé.

Ensino Fundamental	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais	4,4	4,7	4,4	4,8	5,2	5,4	5,7	6,0	6,2	6,5
Anos Finais	3,6	3,9	3,6	3,7	4,0	4,4	4,8	5,1	5,3	5,6

Fonte: INEP

Tabela 07: IDEBs observados em 2004, 2007 e Metas para rede Municipal-São Fidélis

Ensino Fundamental	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais	3,8	4,6	3,9	4,2	4,7	4,9	5,2	5,5	5,8	6,0
Anos Finais	4,4	4,0	4,4	4,6	4,9	5,2	5,6	5,8	6,1	6,3

Fonte: INEP

Nota-se que as rendas petrolíferas em grande quantidade não são uma garantia imediata em investimento na melhoria na educação municipal, já que municípios como São Fidélis, pertencente também da região Norte Fluminense, esta secularmente marcada por grandes índices de pobreza, possui indicadores educacionais melhores que o Município de Macaé e de Campos Goytacazes.

Compreende-se que a educação é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa, com uma qualidade de vida melhor. Como afirma Mello,

Ainda que por si só a educação não assegure a justiça social, nem se possa esperar só dela a erradicação da violência, o respeito ao meio ambiente, o fim das discriminações sociais, e outros objetivos humanistas que se colocam hoje para as sociedades, ela é, sem dúvida, parte indispensável do esforço para tornar essas sociedades mais igualitárias, solidárias e integradas. (MELLO, 1991)

Assim, o investimento na educação representa uma tentativa das gestões governamentais em prover qualidade de vida para a população. Analisando somente o âmbito educacional, pode-se perceber que uma qualidade de vida à população residente do espaço macaense não é gerada principalmente pelas políticas públicas de redistribuição das rendas petrolíferas.

Algumas considerações

Percebe-se então que o espaço de Macaé que é nas palavras de Lefebvre (2008) ligado à reprodução das relações (sociais) de produção, um espaço segregado, onde as relações de produção do espaço se dão de forma desigual e segregadora. O rápido crescimento econômico de Macaé percebido por fatores como o acelerado processo de urbanização, industrialização e o aumento de atividades comerciais no município, evidencia a segregação espacial que configura o atual espaço macaense, em que nem todos são beneficiados pelas transformações que ocorrem, principalmente aqueles que são provenientes de municípios vizinhos e, vivem periféricos em bairros desprovidos de infra-estrutura urbana e/ou em cidades dormitórios que circunvizinham Macaé.

Nota-se que de fato os grandes investimentos municipais para a fomentação da educação em Macaé, esta pautada no desenvolvimento de um pólo tecnológico que seja capaz de tornar Macaé, um dos mais importantes produtores de mão-de-obra qualificada técnica do país. Atualmente, a atenção da prefeitura esta voltada necessariamente na Cidade Universitária do município, este que recebe grandes quantias de investimento para a sua construção. Segundo dados da prefeitura macaense, há um grande objetivo de transformar a cidade em um centro de tecnologia e, de ensino na área da Indústria do Petróleo e Gás Natural.

Em 2008, a prefeitura investiu em 54 cursos profissionalizantes em diversas áreas da produção e exploração do petróleo. Oras, é um dos grandes objetivos não somente da prefeitura, mas também da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, que Macaé torna-se um importante pólo de ensino petrolífero, sendo uma das metas para o ano de 2009 a implantação de uma das mais importantes unidades do Senai no estado, com a capacidade de atender cerca de 1800 alunos por dia. Nota-se que os investimentos na área da educação em Macaé esta mais pautada nos interesses das empresas, principalmente as petrolíferas, do que na necessidade da população em geral por educação básica de qualidade. Essas iniciativas, mostram o papel atuante da

OMPETRO em pautar como prioridade os interesses do setor petrolífero em detrimento das necessidades básicas da população.

O papel ativo dos agentes políticos na gestão municipal enquanto provedores de bem-estar à população é determinante para o desenvolvimento e manutenção da educação, como por exemplo, na criação de mais escolas e nas melhorias das já existentes.

Esses investimentos devem contemplar todos os níveis e modalidades de ensino, na assistência tanto do docente quanto no discente, enfim, na garantia de um ensino de qualidade e para toda a população. Enfatiza-se também, que estes investimentos contemplem principalmente a educação básica, pois é esta que formará cidadãos atuantes na sociedade, que objetivem um melhor desenvolvimento social, pautada na qualidade de vida para toda a população.

Nota-se, portanto, que os mecanismos de distribuição dos *royalties* para a sociedade em Macaé não se faz de forma satisfatória, já que prioridades básicas nas políticas públicas de uma gestão municipal, como a educação, não são de forma plena contempladas.

Referências Bibliográficas

AZEVEDO, Janete M. Lins de. A educação como política pública: Polêmicas do nosso tempo. Ed. Autores Associados, 3º ed: 2004: SP.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto. Políticas Públicas e Gestão Democrática da Educação - Polêmicas , Fundamentos e Análises. Editora Liber Livro. 2004

GIVISIEZ, Gustavo Henrique Naves; OLIVEIRA, Elzira Lúcia de. Royalties do petróleo e educação: análise da eficiência da alocação. XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, em Caxambu- MG– Brasil, de 29 de setembro a 03 de outubro de 2008

LECIONI, Sandra. Região e Geografia. São Paulo: Editora USP, 2003.

LEFEBVRE, Henri. Espaço e política. 1ºed. Belo Horizonte: Editora UFMG: 2008, 192p.

MELLO, Guiomar Namó de. Políticas públicas de educação. Documento apresentado no seminário " Políticas Publicas de Educação ", realizado no dia 19 de dezembro de 1991, no IEA. Revisão de Sérgio Costa Ribeiro.

PIQUET, Rosélia. Petróleo, royalties e região. Rio de Janeiro: Garamond: 2003, 352 p.

Compensações financeiras do setor petrolífero e a fomentação da educação básica no município de Macaé-RJ, Brasil.

Florinda de Souza Torreira Pose

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4ª ed. São Paulo: Edusp: 2006, 384p.

WWW.IBGE.COM.BR, Acessado em 03 de dezembro de 2009.

WWW.INEP.COM.BR, Acessado em 05 de dezembro de 2009.

WWW.tesouro.fazenda.gov.br, Acessado em 03 de dezembro de 2009.

WWW.tce.rj.gov.br, Acessado em 05 de dezembro de 2009.

inforoyalties.ucam-campos.br, Acessado em 30 de novembro de 2009.